



Economía solidária

Economía solidaria



HENRIQUE TAHAN NOVAES

Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista (UNESP).
Brasil.

ORCID: 0000-0001-5247-3684
hetanov@gmail.com

Recepción: 28/10/2022
Aceptación: 07/12/2022

Sumário:

A economia solidária é o conjunto das formas de produção e comercialização baseadas no cooperativismo e associativismo de trabalhadores. Eric Hobsbawm (1996), no livro “A Era dos extremos”, caracterizou o breve século XX, que vai de 1914-1989, como o século dos extremos. Tudo leva a crer que entramos na Era da barbárie, ou o que ele chama de “Era do desmoronamento”. O capitalismo não tem mais absolutamente nada a oferecer para a humanidade, ainda que possa demorar centenas de anos para ser completamente superado. Prova disso é o crescimento do analfabetismo e do analfabetismo funcional, o colapso ambiental, o crescimento do desemprego e subemprego em escala planetária, a intensificação da exploração dos trabalhadores, a destruição dos direitos do trabalho e a longa contrarreforma do Estado. Podemos acrescentar também os processos de favelização e condominização, o roubo de terras, assassinato de posseiros, indígenas, quilombolas, sem terra, como fenômenos da Era da barbárie.

Palavras-chave: economia, solidariedade, capitalismo, Era da barbárie.

Resumen:

La economía solidaria es el conjunto de formas de producción y comercialización basadas en el cooperativismo y el asociacionismo de los trabajadores. Eric Hobsbawm (1996), en su libro "La era de los extremos", caracterizó el breve siglo XX, que abarcó de 1914 a 1989, como el siglo de los extremos. Todo hace pensar que hemos entrado en la Era de la Barbarie, o lo que él llama la "Era del Colapso". El capitalismo no tiene absolutamente nada más que ofrecer a la humanidad, aunque pueda tardar cientos de años en ser superado por completo. Prueba de ello es el crecimiento del analfabetismo y del analfabetismo funcional, el colapso medioambiental, el crecimiento del paro y del subempleo a escala planetaria, la intensificación de la explotación de los trabajadores, la destrucción de los derechos laborales y la larga contrarreforma del Estado. También podemos añadir los procesos de favelas y condominios, el robo de tierras, el asesinato de okupas, indígenas, sin tierra, como fenómenos de la Era de la Barbarie.

Palabras clave: economía, solidaridad, capitalismo, Era de la barbarie.



Introdução

A Era da Barbárie abriu um novo ciclo de lutas pelos trabalhadores em todas as partes do globo terrestre. No Brasil, a Economia Solidária faz parte dessas lutas travadas pela classe trabalhadora mais pauperizada. Ela possui várias dimensões: a) experiências concretas de cooperativismo e associativismo no meio rural e urbano; experiências de comercialização, assistência técnica, bancos populares, extensão universitária e educação popular, com suas positivities, contradições e limites, b) sua vinculação com as “políticas públicas” implementadas principalmente pelo Partido dos Trabalhadores, c) as lutas da Economia Solidária contra o Estado capitalista para a criação daquilo que Karl Marx chamou de condições gerais de produção e reprodução em bases associadas, d) uma teoria particular da compreensão da realidade das cooperativas e associações e do caminho de “transformação para uma outra economia”, principalmente do militante e teórico Paul Singer.

Mundo do Trabalho Associado Rural

Vem de muito longe as lutas no meio rural tendo em vista a produção coletiva na terra e a tentativa de construção de outras formas de sociabilidade. Poderíamos destacar aqui o Quilombo dos Palmares e Belo Monte-Canudos, “a comuna Mística”,⁰ e nos anos 1950-60 as Ligas Camponesas. Num dos seus primeiros escritos sobre Economia Solidária – depois de resgatar as experiências de socialismo utópico na Europa - Paul Singer (2002) destaca, na Era da Barbárie, o trabalho coletivo nas experiências do Movimento Sem Terra nos anos 1990 como algo paradigmático para a Economia Solidária.

Afora seus elogios ao MST, posteriormente Paul Singer caracterizou a Economia Solidária no meio rural como formas de produção e comercialização, institucionalizadas ou não, baseadas na cooperação e no cooperativismo, que giram em torno da agricultura familiar¹.

Mundo do Trabalho Associado Urbano

Desde o final dos anos 1970 houve na América Latina uma “explosão” de lutas para por fim às ditaduras na região e lutas por demandas clássicas por terra, habitação, saneamento, creches, direito ao emprego e trabalho, além da resistência das populações atingidas por barragens e por grandes obras de infraestrutura.

As cooperativas e associações urbanas surgem como iniciativas da classe trabalhadora mais pauperizada num contexto de altíssimo desemprego, subemprego e de reformas neoliberais. Estas experiências baseiam-se nos seguintes fundamentos: a) construção de assembleias democráticas e exercício de decisões coletivas pelos trabalhadores, onde todos têm direito a voz e a voto, b) propriedade coletiva dos pequenos meios de produção, c) construção de novas formas de remuneração que em alguma medida se diferenciam da forma salarial, e d) novas formas de repartição do excedente, quando existem (Cruz, 2006).

¹ Para o debate do cooperativismo e da cooperação no meio rural, as cooperativas do MST e as experiências de cooperação da agricultura familiar, ver especialmente Christoffoli (2018). Ver também o verbete *COOPERAÇÃO AGRÍCOLA*.

Paul Singer (2002) também destaca as Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores (ERT) como algo paradigmático no meio urbano. No contexto de desindustrialização, valorização do câmbio e abertura comercial do país, houve a multiplicação de empresas que faliram. Inicialmente os trabalhadores lutam pela manutenção dos postos de trabalho, mas daí surgem bandeiras trazidas pelos trabalhadores mais politizados que colocam em questão a construção da autogestão no microcosmo fabril e até mesmo da economia mundial (Ruggeri, 2018; Novaes, 2018). Com a falência de muitas pequenas e médias empresas, as empresas recuperadas representam a possibilidade do controle das fábricas pelos trabalhadores associados. No Brasil, somam cerca de 68 experiências (Henriques, 2018). Ainda que numericamente insignificantes, do ponto de vista qualitativo as ERT cumpriram e cumprem um papel primordial do ponto de vista do exercício da autogestão.

No meio urbano, a imensa maioria das experiências de Economia Solidária estão nos setores têxtil (confeção e vestuário), produção de alimentos, fabricação de móveis e produtos da madeira, artesanato (Wirth, 2013). É preciso salientar a predominância de mulheres trabalhadoras. Nestes ramos, temos algumas poucas associações avançadas em termos políticos e econômicos, e a grande maioria seguindo aos “trancos e barrancos”, na luta diária pela sobrevivência econômica. Outras tantas em processo de degeneração no mercado concorrencial capitalista da pequena produção.

Wirth (2013) destaca que, apesar do “fracasso” relativo em termos econômicos, estas cooperativas e associações têm cumprido um papel fundamental no fortalecimento político de mulheres que antes tinham medo de seus maridos, que tinham pouca autonomia familiar e econômica. Nas cooperativas e associações, as mulheres encontram a força da luta coletiva. Passam a dialogar mais, passam a socializar seus dramas cotidianos e assim encontram respostas coletivas para seus problemas. Esta ressalva se faz necessária, pois muitas análises economicistas tendem a observar a pequena renda obtida por estas cooperativas e associações, desconsiderando as vitórias políticas das mesmas, vitórias que ultrapassam a organização de cooperativas individualmente e avançam rumo à formação de associações de cooperativas, muitas delas com peso decisivo nas lutas sociais contemporâneas². Mas ao mesmo tempo e contraditoriamente não podemos deixar de observar a permanência de muitos dos traços do trabalho degradante nas cooperativas e associações populares, que de resto, fazem parte da tendência geral de precarização do trabalho na atual fase do capitalismo financeirizado.

No que se refere à construção civil, a dissertação de mestrado de José Baravelli (2005) relata a influência do cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo no período da “transição democrática” (anos 1980). Ele parte da reflexão das cooperativas da FUCVAM (*Federación Uruguaya das Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mútua*) e chega até a “Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha” (São Paulo). Assim como a associação da Vila Nova, surgiram inúmeras associações Brasil a fora que vão desde a prática do mutirão até a formação de uma associação de bairro. Uma delas, que inclusive gerou a primeira experiência de Banco do Povo (Banco Palmas), é a Comunidade Palmeiras da cidade de Fortaleza (Ceará). No entanto, é preciso ressaltar que são pouquíssimas as experiências de formação de cooperativas e associações de trabalho na construção civil (Ewbank, 2007).

² Ver, por exemplo, a *ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO (ASA)* e a Rede Xique-Xique, que além de outras coisas, são importantes na promoção da agroecologia no Nordeste.

As associações e cooperativas de Coleta e Triagem de Materiais Recicláveis

Uma das consequências mais nefastas da crise estrutural do capital foi o aumento alarmante de pobres e miseráveis no globo terrestre. Com o aumento da pobreza e da miséria, somado a uma das características do modo de produção e destruição capitalista, isto é, a produção intrinsecamente destrutiva do ser humano e da natureza, tivemos o surgimento de inúmeras associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (Wirth, 2013).

A academia brasileira vê com muita desconfiança a possibilidade de construção do trabalho associado neste “setor” da economia. Tendem a ressaltar as condições desumanas do trabalho nos lixões, as péssimas condições de trabalho nas cooperativas e associações: galpões quentes, sujos e fétidos, o ritmo de trabalho intenso, etc. Uma outra parcela dos pesquisadores-extensionistas prefere estabelecer relações estreitas com os catadores, sem fechar os olhos para esta questão social. É aqui que surgem inúmeras ações de incubadoras de cooperativas, com graus variados de radicalidade crítica e prática, atuando junto aos catadores. A luta dos catadores levou ao surgimento de inúmeras “políticas públicas”. Basta lembrar que metade dos recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES – MTE) no ano de 2012 foi destinada aos catadores. Marx possivelmente chamaria os catadores de lumpemproletariado - lumpem em alemão significa trapo, farrapo.

Dentre as positivities do Trabalho Associado neste “setor”, podemos destacar as tentativas de organização do trabalho sob novas relações sociais: a construção de assembleias democráticas e formação de comissões para gerir o cotidiano, as tentativas de construção da igualdade substantiva entre homens e mulheres na produção e administração, o papel dos pesquisadores-extensionistas na relação estabelecida com o Movimento Nacional de Catadores, os projetos de educação popular nas associações de catadores, inclusive com a formação de bibliotecas e alfabetização de muitos trabalhadores que foram deixados a própria sorte. Nesta esteira, algumas universidades estão tentando reprojeter as máquinas, além de ajudar a criar novas formas de organização do trabalho, menos alienantes. Por incrível que pareça, também é preciso destacar que para muitos destes trabalhadores que vivem a beira da miséria, o cooperativismo e associativismo na coleta e triagem de materiais recicláveis representa um ganho em relação à situação vivenciada antes da entrada nas cooperativas e associações. Nos relatos dos trabalhadores as cooperativas são vistas como algo melhor se comparadas com a situação de desemprego por longo período de tempo, mendicância, vulnerabilidade social, rigidez da jornada de trabalho, etc. (Wirth, 2013).

As políticas públicas de Economia Solidária

Para alguns autores é possível haver o controle da “política pública” habitacional pelos movimentos sociais. Para Wirth (2013) também é possível haver o controle da “política pública” de limpeza urbana pelos catadores. No entanto, as experiências práticas de relação das cooperativas com o Estado ainda são muito limitadas. O neoliberalismo pode ser compreendido como o avanço do controle do Estado por parte das corporações. De fato, estamos diante do Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para o capital financeiro. Neste contexto, sobrou pouco espaço para as políticas voltadas às cooperativas e associações. As políticas públicas criadas, em geral por prefeituras e governos ligados ao Partido dos

Trabalhadores, foram muito tímidas em relação às inúmeras necessidades de crédito, assistência técnica, escolarização, habitação, etc. dos trabalhadores cooperados. No Plano Federal, vimos que a luta dos catadores levou ao surgimento de inúmeras “políticas públicas”. Basta lembrar que metade dos recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES – MTE) no ano de 2012 foi destinada aos catadores. O melhor exemplo do impacto do Golpe de 2016 foi a substituição de Paul Singer por Natalino Oldakoski, indicado pelo ilegítimo Michel Temer. Nos anos 1990 e 2000 foram ensaiadas algumas políticas como o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), fundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as Empresas Recuperadas, criação dos Centros de Formação em Economia Solidária, apoio às associações de catadores, etc. Uma espécie de pedra protossocialista num imenso colar de políticas públicas pró-capital. Na nossa interpretação ações muito aquém do necessário para a criação das condições gerais de produção e reprodução decente do mundo do trabalho associado.

Negatividade do cooperativismo na Era da Barbárie

Dentre as negativas das cooperativas e associações, poderíamos destacar as condições inadequadas para a realização de um trabalho não alienante, o ritmo de trabalho intenso, as oscilações do mercado e a concorrência que afeta as cooperativas, o papel dos atravessadores na cadeia produtiva, a ausência de uma renda mínima para estes deserdados em sua própria terra, deserdados que são empurrados para a miséria pela crise estrutural do sociometabolismo do capital (Gaiger, 2003). Poderíamos destacar também os limites das políticas públicas de Economia Solidária, em geral muito modestas frente às inúmeras necessidades dos trabalhadores associados. É preciso lembrar que estas lutas também são assimiladas pelas grandes corporações. Para registrar, a Coca-Cola estampa nas suas garrafas que “apoia as cooperativas e associações de catadores”. Aqui, é preciso destacar que o capital e seu novo dicionário, leva as pessoas a acreditar que “empreendedorismo social” e economia solidária como uma coisa só, criando armadilhas teóricas e ideológicas.

Recentemente surgiu no Brasil um debate entre a incineração do “lixo”, estratégia típica da pequena burguesia. Basta lembrar que a coleta do lixo é a principal “consumidora” dos recursos dos municípios brasileiros. A coleta do lixo já matou muitos prefeitos no Brasil, enriqueceu muitos tecnocratas corruptos e muitos empresários que vivem do lixo.

A teoria da “transformação social” para os defensores da Economia Solidária: de cooperativas isoladas a uma “outra economia”

Paul Singer (1998) tem razão ao nos mostrar que os patrões, os gestores e tecnocratas são prescindíveis. No microcosmo autogestionário, temos a hegemonia das assembleias democráticas, os conselhos são eleitos pelos trabalhadores, há rodízio e revogabilidade dos cargos, todas estas medidas anti-burocratização. São criadas novas formas de remuneração em alguma medida distintas do sistema salarial e da meritocracia, bases do modo de produção capitalista. Da mesma forma, são criados fundos que – quando existem – adquirem outro sentido para os associados. Singer (1998) também tem razão ao elogiar as conquistas das cooperativas de trabalhadores no modo de produção capitalista. No entanto, sua teoria da transição rumo a uma “outra economia” nos parece limitada. De acordo com Aníbal Quijano (2002) – no texto “Sistemas alternativos de produção? ”, um dos limites da Economia Solidária

é que autogestão e pequena escala podem ser sinônimo de insignificante, politicamente independente pode ser sinônimo de sem poder, baixo custo pode ser sinônimo de subfinanciado num mundo controlado por corporações transnacionais com os seus tentáculos em todas as esferas da produção e reprodução da vida.

Um dos limites dos adeptos da Economia Solidária é justamente não ter uma teoria adequada da transição para outro modo de produção que guie suas ações. Eles acreditam que é possível reformar gradualmente as instituições, convivendo com as grandes corporações transnacionais, sem a necessidade de uma revolução política.

Temos nos debruçado na teoria da transição de István Mészáros. Para ele, a construção de uma Economia Comunal será fruto de uma revolução política internacional, puxada pela classe trabalhadora unida de todas as partes do mundo. Será uma revolução que se inicia como revolução política, mas que vai precisar de centenas de anos para realizar uma “revolução econômica, ambiental e de gênero”, que imprima um novo sentido ao trabalho e à vida. Mészáros (2002) destaca alguns pilares da economia comunal: **a-) desmercantilização ou produção de valores de uso.** Para ele, a autogestão avança na medida em que os trabalhadores conquistam graus crescentes de controle da produção, tendo em vista a satisfação das necessidades humanas, isto é, a produção de valores de uso sem a concomitante produção de valores de troca. A produção de valores de uso necessariamente questiona um dos pilares do capitalismo: a produção destrutiva que está acabando com a possibilidade de vida na terra, voltada para a acumulação de capital; **b-) Autogestão no macrosocismo social:** a autogestão no sentido amplo significa a superação do Estado capitalista, isto é, a supressão da burocracia estatal e das formas de dominação típicas da democracia burguesa. Neste caso, a luta pelo fenecimento do Estado capitalista é a luta pela criação das condições gerais de produção e reprodução da economia comunal, e não mais das condições gerais de produção e reprodução do capital. Para a reprodução da vida social não alienada, os trabalhadores necessariamente deverão reduzir drasticamente a sua jornada de trabalho e dar outro sentido ao trabalho, tendo tempo para decidir os rumos do bairro, da cidade, do país, etc. e para a eleição de representantes com cargos revogáveis. Enfim, terão tempo e poder para controlar as decisões fundamentais da sociedade. Da mesma forma, terão tempo e informações para decidir a composição e destinação dos fundos públicos; **c-) Educação para além do capital.** A economia comunal necessita da educação para além do capital, isto é, um novo conteúdo e uma nova forma ao sistema escolar tendo em vista a formação dos construtores da sociedade para além do capital. Sua base será a escola unitária, pois esta não diferencia os saberes e o papel das classes sociais. A história será ensinada na perspectiva do materialismo histórico e todos deverão compreender teórica e praticamente os princípios científicos do trabalho; **d-) Universalização do trabalho emancipado:** todos deverão trabalhar. E o trabalho será organizado através da igualdade substantiva, isto é, a cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades. No trabalho, o desenvolvimento do ser humano se dará em sua integralidade. No que se refere ao trabalho reprodutivo, a igualdade substantiva traz consigo o princípio da superação do patriarcalismo, isto é, a mulher cuidando da casa e dos filhos e o homem “provedor”; **e-) A propriedade real dos meios de produção pelos trabalhadores:** para a autogestão avançar na sociedade, necessariamente os trabalhadores deverão questionar a propriedade privada dos meios de produção. Nas palavras de Marx, teremos a “expropriação dos expropriadores”. A reconciliação entre os trabalhadores e os meios sociais de produção e reprodução material da vida social se dará em distintas formas de economia comunal (Mészáros,

2002). Para ele, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade. O desafio é, portanto, retomar o controle da produção e reprodução da vida tendo em vista a produção de valores de uso. As cooperativas e associações cumprem um papel fundamental na demonstração prática de que outro mundo é possível, ainda que seja um papel muito pequeno frente ao enorme poder das corporações transnacionais. É urgente, então, retirar o controle das corporações e do Estado e avançar rumo ao controle da produção e reprodução da vida pelos trabalhadores livremente associados.

Referências bibliográficas

- Baravelli, J. (2005). *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo - das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. (Dissertação de Mestrado USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).
- Christoffoli, P. (2018). *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. Lutas anticapital.
- Cruz, A. (2006). *A diferença da igualdade: a dinâmica da Economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. (Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas).
- Ewbank, E. G. (2007). *Autogestão: possibilidade de organização da força de trabalho na construção civil e suas implicações*. (Dissertação de Mestrado, FAU-USP).
- Gaiger, L. (2003) A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH (UFBA. Impresso)*, 39, (39), 181-211.
- Henriques, F. C. et. al. (2018). *Empresas recuperadas por trabalhadores*. Lutas anticapital.
- Hobsbawm, E. (1996). *A Era dos Extremos*. Cia das Letras.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. Boitempo.
- Novaes, H. T. et. al. (2018). *Mundo do Trabalho Associado e Embriões de Educação para além do capital*. Lutas anticapital.
- Quijano, A. (2002). Sistemas alternativos de produção? In B. Sousa Santos (Ed.). *Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista*. Civilização Brasileira.
- Singer, P. (1998). *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Paz e Terra.
- Singer, P. (2002). A recente ressurreição da Economia Solidária. In B. Sousa Santos (Ed.). *Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista*. (Pp. 81–129). Civilização Brasileira.
- Ruggeri, A. (2018). *Empresas recuperadas pelos trabalhadores: ocupações e autogestão na Argentina*. Lutas anticapital.
- Santos, A. M., Nascimento, C. & Singer, P. (2018). *Democracia, economia e autogestão*. Lutas anticapital.
- Wirth, I. (2013). *Mulheres na Triagem, Homens na Prensa. Questões de Gênero em Cooperativas de Catadores*. Annablume.